

Ministério de Minas e Energia**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM****Sumário**

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Pacote de concessões tem só R\$ 17,1 bi de novos projetos	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Novo pacote de concessões tem apenas 38% de dinheiro novo.....	2
Título: Liderança feminina em baixa	3
Título: Eletropaulo cobra energia gasta por outra casa, reclama leitora.....	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	4
Título: TCU deve liberar venda de ativos da Petrobrás.....	4
Título: Ultrapar captará R\$ 1 bilhão.....	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: Pacote para render R\$ 45 bi	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Pacote de R\$ 45 bi tem menos de um terço de obras novas	7
Título: Exportações de commodities trazem alento à economia	8
Título: Destaques	9
Título: Petrobras promete ser mais rigorosa na análise de patrocínio.....	10
Título: Ipiranga e Ale questionam área técnica do Cade	12
Título: Vale e BHP são alvo de investidores em NY.....	13
Título: Liminar mantém Cemig como operadora de usina de São Simão	14
Título: Destaques	15

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Geralda Doca / Simone Iglesias****Título: Pacote de concessões tem só R\$ 17,1 bi de novos projetos**

Maior parte do programa é de renovação antecipada de contratos

No mesmo dia em que foi divulgado o tombo da economia brasileira, o governo anunciou a segunda rodada de concessões e privatizações do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI). O pacote traz 68 projetos nas áreas de energia, portos, ferrovia, rodovias e saneamento. Ao todo, o governo prevê investimentos de R\$ 45,3 bilhões nos setores de infraestrutura e a criação de 215 mil empregos diretos e indiretos. Na prática, porém, apenas R\$ 17,1 bilhões previstos são referentes a novos projetos. A maior parte dos investimentos é de renovação antecipada de contratos.

Um dos ativos mais atraentes na avaliação das autoridades é o leilão, até junho, de 35 lotes de linhas de transmissão e subestações de energia elétrica em 20 estados (Rio, Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe). A previsão é que sejam feitos R\$ 12,7 bilhões em investimentos e criadas 27 mil vagas. Os contratos terão duração de 30 anos. O início da implantação das novas instalações deve ocorrer num prazo entre 40 meses e 60 meses. Além de ampliar a oferta de energia elétrica, com mais 7.373 quilômetros de extensão, a medida tornará o sistema mais eficiente ao permitir o melhor aproveitamento dos reservatórios das hidrelétricas e da energia elétrica gerada por usinas eólicas e solares. (...)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Julio Wiziack / Gustavo Uribe / Marina Dias****Título: Novo pacote de concessões tem apenas 38% de dinheiro novo**

O governo anunciou nesta terça-feira (7) mais 69 projetos de concessão e privatização ao longo dos próximos cinco anos, que devem trazer investimentos superiores a R\$ 45 bilhões. A maior parte desses recursos só deve entrar na economia depois de 2018, quando termina o mandato de Michel Temer.

Esses projetos fazem parte do segundo pacote do PPI (Programa de Parcerias em Investimentos).

No primeiro pacote, anunciado em setembro do ano passado, foram 35 projetos nas áreas de transporte, energia, mineração e saneamento e investimentos previstos de cerca de R\$ 30 bilhões.

Desta vez, somente a rodovia BR-101, em Santa Catarina, três terminais portuários, dois em Paranaguá (SP) e um em Itaqui (MA), e 35 lotes de linhas de transmissão são novos. Juntos, eles devem gerar investimentos de cerca de R\$ 17 bilhões, a maior parte nos primeiros cinco anos.

Esses editais devem ficar prontos neste ano, mas somente as linhas de transmissão serão leiloadas em 2017. Os investimentos nessas linhas são de R\$ 12,8 bilhões e, segundo o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, devem ser feitos em sua maior parte ao longo de cinco anos, quando estão previstas as obras mais pesadas.

As linhas de transmissão devem interligar todo o sistema nacional. Hoje, muitos Estados não estão conectados. (...)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Liderança feminina em baixa

A participação feminina em processos seletivos para cargos de alta direção diminuiu em 2016, de acordo com a empresa de recrutamento Page Executive.

As mulheres eram 27% entre os executivos que se candidataram a posições de chefia em 2015 e 13% em 2016. O número de selecionadas também diminuiu, de 16% para 14% no ano passado.

Um dos motivos apontados é o aumento de contratações em setores como mineração e petróleo, diz Fernando Andraus, diretor da consultoria.

A participação feminina é menor nas áreas técnicas, afirma Solange David, vice-presidente da CCEE. "Os cargos de engenharia eram carimbados como masculinos, o que tem mudado", diz.

Na CCEE, as mulheres representam 40% do quadro de funcionários. O conselho de administração é formado por três homens e duas mulheres.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Cotidiano / A Cidade é sua****Autor:****Título: Eletropaulo cobra energia gasta por outra casa, reclama leitora**

A leitora Camila Bacelar reclama que a AES Eletropaulo envia para seu apartamento uma conta de energia elétrica cujo número de titularidade é diferente do que consta no medidor.

Desta maneira, Bacelar paga a conta de energia de outra pessoa e a fatura de sua casa fica sem pagamento.

Após reclamar, um técnico da concessionária constatou a falha e disse que em dez dias o problema seria resolvido: ela seria ressarcida pela cobrança indevida e receberia a fatura correta em casa.

Mas isso não ocorreu. Bacelar reclamou outras duas vezes e recebeu mais uma visita, e até hoje a Eletropaulo não resolveu o problema.

Resposta da Eletropaulo: Diz que enviará mais uma equipe ao local e tomará "as providências necessárias".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fábio Fabrini****Título: TCU deve liberar venda de ativos da Petrobrás**

Julgamento está previsto para o próximo dia 15; projetos de venda estão suspensos desde dezembro

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve liberar, em julgamento previsto para o próximo dia 15, o processo de venda de ativos da Petrobrás. Os projetos de desinvestimento da estatal estão suspensos desde 7 de dezembro por uma medida cautelar da Corte, que apontou falhas nos procedimentos adotados pela companhia.

No voto a ser apresentado ao plenário, o ministro José Múcio Monteiro, relator do processo, deve propor a liberação para a Petrobrás seguir adiante com os negócios, justificando que a estatal cumpriu as medidas necessárias para ajustar sua sistemática de desinvestimentos às exigências do TCU.

O Estado apurou que o ministro seguirá o mesmo entendimento da área técnica. Conforme a proposta, todos os novos processos de venda terão de cumprir as exigências do TCU desde o início. No caso de dez projetos, que já estavam em andamento, os ajustes poderão de ser feitos a partir da fase em que se encontram. A Petrobrás tem apostado nos desinvestimentos para aumentar o volume de recursos em caixa e fazer frente ao endividamento bilionário.

A cautelar aprovada em dezembro proibiu a venda de todos os ativos e empresas, à exceção de cinco, com receita de US\$ 3,3 bilhões, que já estavam em etapa avançada. A provável liberação pela corte de contas não é, contudo, o único entrave para a Petrobrás. Decisões judiciais travaram alguns negócios, como as vendas da Companhia Petroquímica de Pernambuco e da Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe); e dos campos Tartaruga Verde e Baúna, na Bacia de Santos.

Receita. O programa de desinvestimentos gerou receita de US\$ 13,6 bilhões no biênio 2015- 2016, não atingindo a meta de US\$ 15,1 bilhões devido à restrição ao negócio desses dois campos. Com isso, a diferença de US\$ 1,5 bilhão foi acrescida à meta para o biênio 2017-2018, que passou para US\$ 21 bilhões.

Entre outras irregularidades que embasaram a cautelar de dezembro, o TCU apontou a falta de transparência e a possibilidade de direcionamento dos negócios. Listou a escolha do assessor financeiro sem consulta ao mercado, a liberdade da estatal para a definição de potenciais compradores e a permissão para que o objeto alienado fosse alterado “a qualquer momento”, mesmo em etapas avançadas de negociação.

Segundo o TCU, parte considerável de atos relacionados à venda dos ativos não era enviada à deliberação de órgãos diretivos da companhia. Na ocasião, a companhia informou que se comprometeu com as correções solicitadas pelo TCU e reafirmou as metas de seu plano de desinvestimentos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Aline Bronzati, Cynthia Decloedt E Fernanda Guimarães

Título: Ultrapar captará R\$ 1 bilhão

A Ultrapar prepara uma captação de R\$ 1 bilhão em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA). A operação deve ter a mesma estrutura da que foi feita pela Raízen, em 2016. Outras companhias que também não estão diretamente no agronegócio, como o Pão de Açúcar, têm usado esses papéis para buscar dinheiro no mercado, bastante fechado a instrumentos não incentivados. O CRA,

por sua vez, conta com o benefício de isenção de Imposto de Renda para os investidores.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Rosana Hessel

Título: Pacote para render R\$ 45 bi

Com o intuito de gerar notícias positivas em meio a mais um resultado ruim do Produto Interno Bruto (PIB) e ao turbilhão de delações de executivos da Odebrecht no âmbito da ação que pede a cassação da chapa Dilma-Temer, o governo anunciou, na tarde de ontem, um novo pacote de concessões na área de infraestrutura no valor de R\$ 45 bilhões. “Precisamos fazer logo isso, porque o que mais almejamos é exatamente o combate ao desemprego no país”, disse o presidente Michel Temer, na abertura da reunião do conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

O pacote é composto por 55 concessões em energia, rodovias, portos e ferrovias, que estavam listadas em programas antigos da ex-presidente Dilma Rousseff, mas não saíram do papel. A iniciativa também prevê a privatização da Loteria Instantânea Exclusiva (Lotex) no segundo semestre. O valor esperado com a desestatização, no entanto, não foi apresentado.

O novo pacote também inclui a perspectiva de privatização de 14 estatais de saneamento nos estados do Acre, Amapá, Santa Catarina, Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Tocantins e Amazonas. O investimento previsto não foi revelado porque os estudos de viabilidade ainda serão realizados. A presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Maria Silvia Bastos Marques, informou que o banco já iniciou o processo de contratação de estudos para seis estatais, os demais serão lançados em abril. (...)

Linhas de transmissão

Do total de projetos do novo pacote, 35 são concessões de linhas de transmissão, com investimentos estimados em R\$ 12,7 bilhões, que estavam na programação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A previsão do governo é que essas linhas sejam licitadas em abril. Vencerá aquele que se comprometer a cobrar a menor tarifa.

O governo incluiu nessa lista do PPI a contratação de estudos para nova licitação das estradas privatizadas que estão com seus contratos para vencer. São elas: Nova Dutra (RJ/SP), a Rodovia CRT(RJ) e Rodovia Concer (RJ-MG). De acordo com

o ministro dos Transportes, Maurício Quintella, a ideia é não renovar esses contratos, mas os atuais concessionários poderão participar do novo leilão. Também foi incluído um trecho da BR 101, no trecho de Santa Catarina, na lista de privatização.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Luciano Máximo

Título: Pacote de R\$ 45 bi tem menos de um terço de obras novas

No mesmo dia em que foi divulgada uma retração de 3,6% da economia em 2016, configurando a pior recessão da história do país, o governo anunciou um pacote de concessões com investimentos de R\$ 45 bilhões. Menos de um terço do valor, no entanto, são de projetos efetivamente novos. A maioria dos empreendimentos e iniciativas, como a renovação antecipada de concessões de ferrovias e a privatização da BR-101 em Santa Catarina, já havia sido objeto de anúncios anteriores e nunca saiu do papel.

Com um cronograma ambicioso, tentando destravar tudo o que foi listado ontem até o fim de 2018, a carteira do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) foi reforçada com 70 projetos. As áreas de saneamento e energia tiveram destaque. São 35 novas linhas de transmissão, totalizando 7.358 quilômetros, que tiveram ontem mesmo editais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O leilão ocorrerá em 24 de abril.

Foram anunciados planos de desestatização dos serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto em 15 Estados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) prometeu lançar em abril um segundo lote de editais para contratação dos estudos no setor. Esses estudos vão definir o modelo de parceria mais viável com o setor privado em mais cinco Estados: Acre, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

As linhas de transmissão devem receber investimentos de R\$ 13,1 bilhões e são tidas no governo como projetos que despertam interesse do setor privado. O último leilão, realizado já depois do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, teve alta procura e trouxe empresas que não vinham participando dos certames. Boa parte dos outros anúncios, no entanto, já havia sido feita em ocasiões anteriores. A própria Dilma, em 2015, lançou o processo de renovação antecipada das concessões de ferrovias na segunda rodada do Programa de Investimentos em Logística (PIL 2). O problema é que não havia um modelo bem definido para essas prorrogações e nenhum termo aditivo foi celebrado.

Agora, o governo espera destravar R\$ 25 bilhões em investimentos com a renovação por 30 anos de cinco concessões que expiram na próxima década: Malha Paulista, MRS Logística, Ferrovia Centro-Atlântica (FCA), Estrada de Ferro Carajás e Vitória-Minas. (...)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor:

Título: Exportações de commodities trazem alento à economia

Os resultados da balança comercial no primeiro bimestre, fechados na semana passada, inspiraram algum alento e podem ajudar a reverter o pessimismo causado pela queda de 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2016, divulgada ontem pelo IBGE, segundo ano consecutivo de retração econômica. Há motivos para se estimar que o desempenho da balança comercial deste ano poderá ser superior ao de 2016, favorecido por uma combinação de aumento do preço das matérias-primas e da produção agrícola. O superávit recorde de US\$ 47,7 bilhões da balança comercial do ano passado, o maior desde o início da série histórica em 1980, já havia surpreendido, mas sabia-se que não era sustentável por ser resultado em boa parte da recessão, que reduziu em 19,8% as importações, enquanto as exportações diminuíram 3,2%. Agora o quadro é mais positivo. O superávit recorde de US\$ 7,28 bilhões no primeiro bimestre, 84% superior ao de igual período em 2016, é consequência do aumento de 23,5% das exportações, acima dos 12% de expansão das importações. Em alta desde outubro, os preços das commodities alavancam as exportações de produtos básicos, enquanto as importações reagem favorecidas pela valorização do real. Os embarques de produtos básicos saltaram 41,6% e representaram 46,4% dos US\$ 30,4 bilhões exportados no bimestre, impulsionados pela alta dos preços, que chegou a 124,5% no minério de ferro na comparação com o mesmo período de 2016, a 99,9% na soja em grão e a 182,5% no petróleo bruto.

As exportações de semimanufaturados cresceram menos, 13,2%, e são também influenciadas pela alta das commodities, como indica o crescimento de 82,3% das vendas externas de ferro e aço, de 52,3% do óleo de soja em bruto e de 40,7% do ferro fundido. O mesmo fenômeno ocorre nas vendas de manufaturados, que aumentaram 8% e registram melhor desempenho em produtos como óleos combustíveis, cujas vendas saltaram 356,9%. Uma análise mais detalhada dos números revela a forte influência do aumento dos preços nos resultados. No caso da soja e do petróleo, as exportações também cresceram em volume, além do preço, mas no do minério de ferro e do café, as quantidades embarcadas diminuíram. Os preços das commodities sobem mais acentuadamente desde outubro, impulsionados pelo crescimento mais forte das maiores economias do mundo, e favorecem países como o Brasil, fornecedores desses produtos (Valor

3/3). Em 12 meses até fevereiro, a relação entre preços de exportação e de importação - índice dos termos de troca - subiu 8,2%. Em 2016, que já foi um ano favorável desse ponto de vista, o aumento foi de 3%. A alta das commodities expande o saldo comercial, valoriza o real e melhora a arrecadação de tributos. A indústria já reclama o efeito da taxa de câmbio nas exportações do setor e reforça mecanismos de compensação como o Reintegra. Uma dinâmica semelhante ocorreu na década passada, igualmente estimulando o comércio exterior e o crescimento econômico. A situação atual é diferente, a começar pelo ritmo de expansão das principais economias internacionais. Um dos principais motores do movimento, a China, chegou a crescer 15%, agora, passou a 7%. A valorização está concentrada em um número menor de commodities e pode estar perto de completar seu ciclo de alta em vários casos, tendendo a se estabilizar nos patamares atuais. A recuperação da economia certamente depende de outros fatores como a redução do desemprego e do endividamento; das reformas econômicas e de uma política mais abrangente de crescimento. Não é saudável contar com um punhado de matérias primas para garantir mais da metade das exportações, tendo uma indústria relativamente ampla, embora pouco competitiva. Além disso, surgiu agora um velho risco para o sucesso dos embarques de soja: os problemas na BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, caminho para escoar a expressiva produção da região pelos recém-inaugurados portos do Arco Norte. O gargalo dessa logística moderna são 100 quilômetros não asfaltados que, desde a segunda quinzena de fevereiro, se transformaram em um atoleiro. Isso está atrasando o transbordo da soja em Miritituba para as barcaças que levam o grão pelo rio Tapajós para os portos de Santarém e Barcarena. Os exportadores não só amargam prejuízos como correm o risco de perder mercado para outros países produtores.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Aneel e Light

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem a adesão da Light Serviços de Eletricidade às novas cláusulas dos contratos de concessão de distribuição. Com a previsão de assinatura do termo aditivo, a companhia deve se beneficiar dos estímulos criados pelo governo na prorrogação dos contratos por 30 anos. O processo de renovação das concessões das distribuidoras foi iniciado em 2015. O contrato da Light vence, no entanto, somente em julho de 2026.

Aneel e Eletrobras

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou o acréscimo de R\$ 1,105 bilhão ao conjunto de despesas do principal fundo do setor, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), recursos que serão repassados à Eletrobras para cobrir o custo de compra de combustível pelas subsidiárias da estatal nos sistemas isolados. A decisão alterou os valores do orçamento da conta setorial para este ano, que tinha sido aprovado no mês passado. Até aquele momento, o fundo havia atingido previsão de despesa de R\$ 13,9 bilhões. O montante subiu 8%, para R\$ 15 bilhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho

Título: Petrobras promete ser mais rigorosa na análise de patrocínio

Há dois anos à frente da diretoria de Governança e Conformidade da Petrobras, João Elek Junior, comemora os avanços nos controles internos da estatal, mas destaca que ainda há um longo trabalho pela frente. Depois de um intenso esforço de revisão do cadastro de fornecedores da petroleira, o executivo espera que o bloqueio cautelar das empresas envolvidas na Lava-Jato seja eliminado gradualmente a partir das próximas semanas. Uma das metas, a partir de agora, será reforçar o controle na área de patrocínios. Interferências de políticos e lobistas no repasse de verbas de patrocínio - das escolas de samba do Rio a projetos em comunidades carentes e campanhas institucionais de combate à dengue, por exemplo - são algumas das questões que pairam sobre a área de comunicação da estatal.

"E se eu, por exemplo, der dinheiro [de patrocínio] para alguém da Fórmula 1 que não seja íntegro? Depois que nossa imagem foi muito impactada [com a Lava-Jato], devemos ser extremamente cuidadosos com essas coisas. Eu poderia, da mesma maneira que sou criterioso com os fornecedores, também ser com qualquer contraparte", disse Elek ao Valor. Desde que vieram a público as denúncias de corrupção investigadas pela Lava-Jato, a Petrobras passou a exigir programas de integridade dos seus fornecedores. Nos últimos dois anos, a estatal analisou o compliance de mais de 12 mil companhias, para atestar se elas são idôneas e alinhadas com a lei. Segundo Elek, 90% do cadastro de fornecedores já foi reavaliado. O executivo explicou que, com base nos programas de cada empresa, a Petrobras atribui uma classificação de risco ao fornecedor. "Se o grau de risco for alto e eu tiver outras empresas capazes de me atender e que não apresentem risco elevado, chamo essas outras". Elek também mencionou que a Petrobras tem analisado as plataformas de compliance dos novos sócios com quem a estatal fecha acordos de parceria em negócios. Para fazer frente ao crescimento do ritmo de trabalho na área, a intenção da Petrobras é reforçar o número de funcionários e aumentar em 50% o quadro pessoal da diretoria de

Governança e Conformidade - que conta hoje com cerca de 330 vagas, sendo que 20% delas não estão preenchidas. "Se você quiser um engenheiro bom nessa área [de óleo e gás], talvez [a Petrobras] seja o lugar onde mais facilmente você encontrará [bons profissionais]. Há contadores que dão aula de contabilidade; há advogados aqui que poderiam ser donos dos melhores escritórios, pela experiência que acumulam. Mas quando entramos no mundo de governança e compliance, que é novo, não tenho tanta gente pronta", disse Elek. Ao analisar os dois primeiros anos da diretoria, Elek disse acreditar que "muita coisa foi feita" e que a consciência sobre a integridade dentro da companhia está, hoje, "muito melhor". Ele destacou, porém, que as medidas adotadas vêm exigindo forte mudança cultural dentro da petroleira. "Dá para imaginar a popularidade que isso [programa de compliance] trouxe [para a rotina de contratações]. Ainda assim, a disciplina [dos funcionários] foi muito boa", elogiou o diretor. Segundo ele, a Petrobras tem reforçado investigações internas, por meios de indícios e denúncias, e aplicado penalidades aos funcionários - que vão desde a advertência à suspensão (de no máximo 29 dias) e até mesmo demissão. Elek, porém, preferiu não fornecer maiores detalhes sobre as penalidades já aplicadas e explicou que a preocupação da empresa é trabalhar mais na correção das não conformidades do que na exposição das punições. O executivo acrescentou que outro trabalho da diretoria tem sido credenciar aqueles funcionários que preenchem todos os requisitos de integridade, numa espécie de "cadastro positivo" que serve de base para futuras promoções. "Um grupo muito pequeno de pessoas fez coisas erradas [em referência à Lava-Jato]. Não quero criar obstáculos para a maioria. É o contrário. O obstáculo faz a minoria tropeçar. E aqueles que, sem a má-fé, não atentam para uma ou outra regra, um ou outro aspecto de integridade, induzimos ele a seguir isso [a integridade] com mais facilidade", completou o executivo. O bloqueio cautelar das empresas envolvidas na Lava-Jato deve ser revisto este mês. A lista dos atuais 24 grupos econômicos impedidos de contratar com a estatal após denúncias do esquema de corrupção completou dois anos em dezembro. Segundo Elek, o desbloqueio deve ser gradual, já que algumas empresas estão mais adiantadas que outras na adoção das medidas de integridade. "Com toda certeza, se olharmos as empresas que estão no bloqueio, encontraremos aquelas que fizeram muita coisa para melhorar sua gestão de integridade, que mudaram pessoas na administração, celebraram acordos de leniência, foram longe. E há empresas que não estão tão adiantadas. É claro que eu vou priorizar as que estão numa situação que nos dê mais tranquilidade", afirmou. Elek lembrou também que as empresas declaradas inidôneas pelo Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (Alumini, GDK, Mendes Junior, Skanska, Iesa Óleo & Gás e Jaraguá Equipamentos) não devem deixar a lista por enquanto. O executivo destacou, ainda, que a Petrobras já conseguiu reaver cerca de R\$ 700 milhões que haviam sido desviados no esquema de corrupção investigado pela Lava-Jato. A meta da companhia é recuperar outros R\$ 5,5 bilhões. Segundo ele, a empresa pretende processar ex-diretores e ex-funcionários que tenham praticado atos de corrupção e destacou

que a Petrobras é assistente de acusação em cerca de 30 ações na Justiça em que o Ministério Público busca a responsabilização de pessoas e empresas, no âmbito da Lava-Jato.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Lucas Marchesini

Título: Ipiranga e Ale questionam área técnica do Cade

A Ipiranga e a Alesat apresentaram defesa contra a decisão da Superintendência Geral (SG) do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) de impugnar a operação envolvendo as duas distribuidoras de combustíveis. Em petição à autoridade antitruste, pedem a aprovação do negócio e apontam como "absurda" a conclusão da área técnica do órgão de que não há soluções concorrenciais que possibilitariam a aprovação do ato de concentração. "A operação é incapaz de alterar a atual dinâmica competitiva do segmento de distribuição e revenda de combustíveis. Ademais, dela resultam importantes economias de densidade, escala e escopo, sendo o resultado líquido da operação, portanto, positivo", defende o documento assinado pelos escritórios Barbosa, Mussnich, Aragão Advogados pela Ipiranga e Pedro Dutra Advogados pela Alesat.

A argumentação das empresas busca desmontar a tese apresentada pela SG de que o mercado no qual as duas companhias competem é nacional, e não regional, e que a Ale teria um papel disruptivo no mercado, conhecido no jargão antitruste como "maverick". "A SG fundiu e confundiu cenários claramente distintos, engendrando um mercado de distribuidoras nacionais que supostamente não competiria com 'players' regionais", diz o texto das empresas. O documento conclui que "não há mercado 'nacional' de distribuição". Em parecer publicado no início de janeiro, no qual indicava a impugnação da operação, a SG apontou que a compra da Ale pela Ipiranga era "particularmente grave" para o setor, "eliminando a quarta marca do mercado, a única dentre as grandes com perfil de embandeiramento diferenciado e menos propício a cartelização". "A operação é preocupante. Se ela for aprovada, a Ipiranga, a Raízen e a BR Distribuidora [três principais do setor] estarão em zona confortável para induzir ou impor a coordenação sobre centenas de mercados relevantes de revenda espalhados por todo o país, em grandes e pequenas cidades", acrescentou. Ipiranga e Ale, todavia, discordaram. De acordo com elas, "o papel da Alesat foi superdimensionado pela SG, que ignorou a presença de várias distribuidoras 'regionais' com atuação até mais relevante que a Alesat em suas regiões". "Apenas no último ano, a Ipiranga perdeu 9% do seu volume, enquanto a Alesat perdeu 1,8% de volume. As distribuidoras 'regionais', por outro lado, ganharam 10% em volume. Em diversos Estados, sobretudo no Norte e Nordeste, são as 'regionais' que lideram o mercado (inclusive em número de postos)", afirmam.

Para elas, "a operação é incapaz de alterar a atual dinâmica competitiva na distribuição e revenda de combustíveis. Ademais, dela resultam importantes economias de densidade, escala e escopo". E apontam que o negócio "não altera qualquer incentivo à coordenação seja no mercado de distribuição seja no mercado de revenda de combustíveis líquidos". Desde que foi anunciada, a operação causou preocupação a outros atores desse mercado. A Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e Lubrificantes (Fecombustíveis), por exemplo, pede que o Cade aprove a operação apenas se aplicar recursos à operação. Parecer do escritório que representa a entidade - Neves e Villamil Advogados Associados -, aponta que a "retirada do mercado polarizará em absoluto a concorrência entre dois grupos: o das três distribuidoras que terão praticamente 80% de [fatia de mercado] e o grupo formado por mais de uma centena de pequenas distribuidoras regionais que não apresentam efetiva capacidade de rivalizar comercialmente com o oligopólio". O negócio foi registrada no Cade em 19 de setembro. Segundo a lei, o órgão tem 240 dias para a análise. Assim, o caso pode ser levado ao plenário até 17 de maio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile

Título: Vale e BHP são alvo de investidores em NY

Os investidores que sofreram perdas com títulos da dívida da mineradora Samarco na Bolsa de Nova York ingressaram na Justiça americana com pedido para que a Vale e a BHP Billiton também sejam responsabilizadas a ressarcir-los na ação coletiva em que alegam perdas financeiras após o rompimento da barragem do Fundão. O pedido foi feito à Corte Distrital Sul de Nova York.

Uma emenda na ação que tem o banco Safra como líder foi protocolada na noite de segunda-feira na Justiça, em Nova York, com vários parágrafos tratando da suposta responsabilidade da Vale e da BHP, que são as controladoras da Samarco. O objetivo é fazer com que as duas companhias sejam chamadas a pagar pelos prejuízos que os detentores de títulos da mineradora tiveram após o rompimento da barragem, em novembro de 2015, em Mariana, no interior de Minas Gerais. Antes da emenda, executivos da Vale afirmaram que o caso não se referia a eles e, portanto, não poderiam responder pela Samarco. Em evento em Nova York, no fim de novembro, o presidente da Vale, Murilo Ferreira, foi questionado sobre o assunto pelo Valor PRO serviço de informações em tempo real do Valor - e respondeu que não estava tratando da ação coletiva. "Essa ação foi contra a Samarco, e não contra a Vale nem contra a BHP. Os executivos da Vale não poderão responder sobre isso", afirmou na ocasião. Agora, tanto a Vale quanto a BHP terão que apresentar defesa formal no processo. Na emenda, os investidores liderados pelo Safra afirmaram que o Conselho de Diretores era formado por

executivos da Vale e da BHP e que eles discutiram eventuais medidas para fortalecer as operações na barragem do Fundão, antes do rompimento. É mencionado especificamente um projeto para elevar a barragem em 20 metros, em abril de 2015, e outro de mesmo tamanho, em agosto do mesmo ano, ampliando a capacidade de mineração. "Contudo, os réus sistematicamente ignoraram os alertas sobre as condições precárias da barragem do Fundão", diz o documento ao qual o Valor teve acesso. O texto descreve essas condições como "rachaduras visíveis" na estrutura da barragem e "sinais emergenciais persistentes". A emenda cita ainda relatório do Instituto Pristino sobre possíveis danos com o plano de expansão. No texto, os investidores ainda destacam que as duas empresas sofreram investigações do governo brasileiro com potencial de perdas estimado em US\$ 5 bilhões. Já a ação movida pelo Ministério Público em maio do ano passado contém valor ainda maior de ressarcimento - US\$ 48 bilhões. Ainda não há estimativas oficiais sobre valores que seriam cobrados pelos investidores que sofreram perdas com os títulos da Samarco. Vale e BHP Billiton evitaram fazer comentários ontem sobre a decisão de investidores de responsabilizá-las pelas perdas que tiveram em razão do rompimento da barragem de Fundão, em 5 de novembro de 2015. As duas multinacionais do setor de mineração são controladoras - em um joint venture 50%-50% - da Samarco, cujas operações estão interrompidas desde a tragédia. "A Vale desconhece esta ação", limitou-se a informar a companhia por meio de sua assessoria de imprensa.. "Não fomos notificados ainda", afirmou, de sua parte, a BHP, por meio de nota. Colaborou Marcos de Moura e Souza, de Belo Horizonte

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e Juliana Machado

Título: Liminar mantém Cemig como operadora de usina de São Simão

A Cemig obteve liminar do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que mantém a companhia na titularidade da concessão da hidrelétrica de São Simão, em Minas Gerais, nas bases iniciais do contrato de concessão. Com isso, na prática, a empresa será remunerada normalmente pela geração de energia da usina até que seja concluído o julgamento do mandado de segurança impetrado pela elétrica no STJ. São Simão era a única das três usinas da Cemig cuja concessão é discutida com a União que ainda não estava protegida por liminar. Agora, até que o mérito da ação seja julgado, a Cemig continuará operando as usinas na forma do contrato original. Com 1.710 megawatts (MW) de capacidade instalada, São Simão também é a maior das três hidrelétricas envolvidas no caso. As outras duas são Miranda, de 408 MW, e Jaguará, de 424 MW.

A questão teve início em 2012, quando a Cemig rejeitou a proposta da União de renovação das concessões das três hidrelétricas nos termos da Medida Provisória

(MP) 579 - transformada na Lei 12.783/2013, da Renovação das Concessões - que modificaria a operação das usinas para o regime de cotas, reduzindo fortemente a receita dos empreendimentos. A estatal mineira entende ter direito à renovação dos contratos das três usinas nos moldes da lei anterior. Sem as liminares, as usinas teriam que operar sob o regime de cotas até que os respectivos méritos fossem julgados. Agora, na prática, a operação das hidrelétricas segue nas bases iniciais dos contratos até que a Justiça tome uma decisão sobre o tema. "Conseguimos alcançar a estabilidade jurídica. Agora todas as três usinas estão na mesma situação, operando nas bases iniciais do contrato de concessão", afirmou Vitor Alves de Brito, advogado do escritório Sergio Bermudes, que representa a Cemig no caso. Ele lembrou que a usina de Jaguará conta com medida semelhante no Supremo Tribunal Federal (STF). E, no fim de 2016, o STJ concedeu liminar no mesmo sentido para a usina de Miranda.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak

Título: Destaques

Bandeirante e Escelsa

A agência de classificação de risco Moody's atribuiu um rating "Ba2" à proposta de R\$ 150 milhões em debêntures de cinco anos que serão emitidas pela Bandeirante Energia e à proposta de emissão de R\$ 190 milhões da Escelsa. Ambas fazem parte do grupo EDP. De acordo com relatório da agência, a emissão faz parte da estratégia de gerenciamento de passivos da Bandeirante. Os recursos da operação serão usados para refinanciamento da dívida existente com vencimento em 2017, bem como outras necessidades de capital de giro. As debêntures terão um prazo de cinco anos e pagamento semestral de amortização a partir do 36º mês após a emissão, em abril.

MME / ASCOM .